Agrotóxicos, impostos e um tributo pela vida

» MARCELO FIRPO PORTO - *Pesquisador da Fiocruz e integrante do Grupo Temático Saúde e Ambiente da Abrasco*
» BELA GIL - *Ativista e culinarista, membro do Instituto Brasil Orgânico*
» WAGNER SOARES - *Pesquisador e professor da Escola Nacional de Ciências Estatísticas (INCE/IBGE)*

Nas próximas semanas, poderemos tornar nossa agricultura mais ecológica, nossos alimentos mais saudáveis e nosso planeta mais justo, solidário e sustentável. O Congresso Nacional está regulamentando a Reforma Tributária e decidirá quais produtos devem pagar mais ou menos impostos, e isso inclui os agrotóxicos. Como são produtos perigosos e fazem mal à saúde e ao meio ambiente, deveriam pagar mais impostos, não menos, exatamente como é feito para os cigarros e as bebidas. Contudo, impera no Brasil um total contrassenso: os agrotóxicos recebem isenções iguais a insumos como enxadas e tratores, mesmo tendo o potencial de causar doenças e mortes por intoxicações agudas ou doenças crônicas, como o câncer. Quem paga essa conta são a sociedade e as gerações atuais e futuras pelos efeitos ao sistema de saúde, à Previdência Social, ao meio ambiente, além do sofrimento às famílias dos trabalhadores e pessoas afetadas.

Cresceu no Brasil, como um câncer, um modelo de agronegócio químico-dependente para produzir commodities em monocultivos de soja, milho, cana e algodão. Para os latifúndios se ampliarem, precisam desmatar e matar a biodiversidade natural dos agroecossistemas com muito veneno e pouco imposto, abalando também nossas esperanças por outro futuro. Só as commodities mencionadas consomem 84% dos agrotóxicos do país, mas deixam de pagar muitos impostos. No modelo atual de isenção, deixam de ser arrecadados três impostos federais (Pis-Pasep/Cofins, IPI e Importação) e o ICMS, de âmbito estadual. As unidades federativas onde há perda de arrecadação reduzem sua capacidade de investimentos para pagar suas dívidas e oferecer serviços públicos com mais qualidade.

Estudo com pesquisadores da Fiocruz e IBGE mostrou que, em 2017, R$ 10 bilhões deixaram de ser arrecadados com as isenções fiscais aos agrotóxicos. Esse valor aumenta desde então — só a cadeia da soja recebeu R$ 57 bilhões em incentivos e desonerações em 2022. É muito para uma sociedade que precisa investir em seguridade social, saúde, educação, ciência e tecnologia, proteção ambiental e prevenção de catástrofes climáticas, principalmente para os mais pobres e vulneráveis, como acabamos de ver no Rio Grande do Sul. Esse estado deixou de arrecadar, em 2017, com isenção aos agrotóxicos, quase 60% do total da dívida que pagava anualmente. Mas esses valores são pequenos para o poderoso setor agropecuário, que, em 2023, teve um PIB de R$ 2,6 trilhões.

Agora, querem manter o privilégio das isenções com a Reforma Tributária a ser votada. Em vez de pagarem mais impostos com o imposto seletivo, querem continuar a pagar menos, como medicamentos. Ora, deveriam isentar os alimentos da cesta básica, e não insumos tóxicos passíveis de redução ou mesmo eliminação. O agronegócio diz ser impossível produzir sem agrotóxicos em um país tropical, e a maior taxação tornaria os alimentos mais caros. Isso não é verdade, principalmente para as commodities com preços regulados pelo mercado internacional.

A transição não seria difícil: dados do Censo Agropecuário mostram que 64% dos estabelecimentos com pequenos e médios agricultores indicam não usar agrotóxicos. Outro argumento falacioso é que a desoneração dificultaria o combate à fome. Há várias razões para rebater a hipótese de elasticidade nula da demanda relacionada aos agrotóxicos, pois, nos médio e longo prazos, a tendência é de redução no uso, já que cobrar mais impostos favorece a escolha por tecnologias mais saudáveis. Com o tempo, os produtos orgânicos e agroecológicos tornam-se mais competitivos, como mostram os países que apoiam a transição e mais produzem orgânicos no mundo, seja na Oceania, Europa e mesmo América Latina e Ásia.

Ainda há tempo para que a razão da ciência e dos especialistas, assim como o coração de sábios e artistas intuitivos, baixe no Congresso e influencie nossos deputados e deputadas. Precisamos nos realinhar com o tempo orgânico, transformar nossos pratos, corpos e espíritos em um tributo à vida, não à ganância que destrói a humanidade. Nosso planeta agradece.

40 anos do real

» ROBERTO LUIS TROSTER
Economista

Mais do que plano, o correto seria falar do processo do real, e de 40 anos em vez de 30. A bem da verdade, começou em 1984, com a publicação do trabalho conhecido como proposta *Larida*, de Pérsio Arida e André Lara Resende, e teve como última medida a publicação do decreto presidencial oficializando a meta de inflação contínua em 3%, na quarta-feira passada, 26 de junho de 2024.

Não foi uma ideia mágica que fez a mudança. Foi um trabalho que combinou teoria econômica, habilidade política, aprendizado com os erros e criatividade. Além da proposta Larida, que inspirou o Plano Real, houve um processo de aprendizado com o Plano Cruzado, em 1986, depois o Plano Bresser, o Plano Verão, o Plano Collor I e o Plano Collor II. Todos fracassaram em acabar com a inflação, mas deixaram ensinamentos para a formulação do Plano Real.

Um ensinamento importante foi a comunicação. Enquanto os planos anteriores eram comunicados na véspera, o Real começou a ser anunciado quase um ano antes. A academia, a classe política e a população tiveram explicações detalhadas das causas da inflação e da estratégia proposta para acabar com ela.

As primeiras medidas foram em 1993, com destaque para a abertura da caixa-preta, que deu mais transparência à atuação do Banco do Brasil e melhorou o controle das políticas monetária e cambial. Outra medida foi a criação do Fundo Social de Emergência, que facilitou a geração de superavits fiscais.

Em 1º de março de 1994, começou a fase da Unidade Referencial de Valor (URV) e atrelou todos os preços em cruzeiros reais ao novo padrão, que era alterado diariamente. Em 1º de julho, data comemorada amanhã, foi feita a transição, e a sincronização retirou pressões inflacionárias da nova moeda, o real.

No primeiro semestre do Plano Real, tentou-se o controle de agregados monetários, que foi substituído pelo uso da taxa de juros como principal instrumento. A política cambial também mudou; em um primeiro momento, até março de 1995, flutuou e, depois, passou a ser desvalorizado à taxa de 7% ao ano.

A boa comunicação explicando o real foi importante para a sua aceitação. Foi majoritária, mas não total. O fracasso dos cinco planos anteriores, todos diferentes entre si, deixou a sensação de que era mais um apenas para alguns. O convencimento de que esse era definitivo demorou, mas chegou.

O sucesso inicial foi meritório, a economia cresceu e a inflação despencou. Todavia, os sinais de esgotamento apareceram em 1997, com um desempenho mais fraco da atividade econômica e pressões fortes no balanço de pagamentos. O governo atuou dois anos depois, quando desvalorizou o real, adotou o regime de metas de inflação e a lei de Responsabilidade Fiscal. Corrigiu a rota.

Outro avanço foi uma abertura maior do sistema financeiro, permitindo a entrada de mais bancos estrangeiros, uma maior transparência do mercado e uma preocupação com uma regulamentação mais eficiente. Por outro lado, registraram-se algumas falhas na gestão prudencial, na questão cambial e no controle dos agregados monetários.

Dois pontos a destacar: regimes de política econômica se esgotam no tempo e o imobilismo tem custos. Na maioria dos casos, as alterações de rota ocorrem, ou após uma crise, ou após uma mudança de governo. Um dos méritos do Plano Real é que alguns dos ajustes se anteciparam aos problemas. A medida de meta contínua de inflação em vez da meta do ano-calendário, oficializada semana passada, é um exemplo.

O Plano Real promoveu uma transformação estrutural irreversível na economia brasileira e criou condições para um desenvolvimento sustentável. Mais que um plano de estabilização criativo e eficiente, foi, e continua sendo, um processo de ajustes ao longo do tempo, em que todos os governos deram sua contribuição.

Há necessidade de mais ajustes para que o país usufrua mais do potencial que o Plano Real propicia. Há também uma agenda de reformas que deve ser retomada. Existem alguns problemas estruturais importantes que devem ser superados — entre os quais, podem ser destacados a tributação das operações financeiras, o controle fiscal, a reforma administrativa e o regime cambial. Um passo de cada vez faz com que o Brasil avance cada vez mais.

PPCUB: urbanismo moderno e mais sustentável no DF

» ROBERTO BOTELHO,
presidente da ADEMI DF

» JOÃO ACCIOLY DE CARVALHO,
diretor de política habitacional da ADEMI DF

Não há qualquer risco de o Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília (PPCUB) desconfigurar a capital federal. Em meio à onda de desinformação sobre o projeto, com a disseminação de críticas e questionamentos afastados do conhecimento técnico sobre o tema, uma das especulações que ganham força é a de que, com a possibilidade de os prédios da Asa Sul terem avanço em área pública, como os da Asa Norte, e garagem nas quadras 400, as demolições irão se intensificar, como já ocorreu no ano passado.

Há também a alegação de que, com a oferta de novos prédios, os antigos irão se desvalorizar, prejudicando os proprietários, gerando impacto negativo inclusive sobre o valor dos aluguéis cobrados no Plano Piloto, que cairiam. A vigência da lei, entretanto, deve levar exatamente ao oposto: o adensamento da região trará moradores hoje impedidos de habitar o Plano Piloto de Brasília, mantendo a atratividade e o valor dos imóveis.

Entendemos que não existe risco de desconfiguração nas superquadras. A manutenção das áreas verdes e dos espaços vazios entre os edifícios está sendo garantida na proposta do PPCUB de forma clara e objetiva, de forma a preservar as características mais marcantes de Brasília. Essa proteção é importante e interessa a todos os que aqui vivem e produzem.

Outro ponto relevante é que a flexibilização do uso residencial que está sendo proposta para as quadras 900 agora é importante para dinamizar a cidade, que precisa se adequar à necessidade de readensamento. A proposta do PPCUB traduz premissas de um urbanismo sustentável e moderno, tornando a ocupação dos espaços nas regiões sob sua influência mais coerente com o tempo novo que vivemos no Distrito Federal. A lei estimula o adensamento do centro da cidade, que já conta com infraestrutura e logística consolidadas.

Um dos paradigmas mais importantes da sustentabilidade, hoje, é exatamente este: dar melhor uso à infraestrutura existente e garantir que as pessoas morem mais próximas de onde trabalham e estudam. O resultado é qualidade de vida, pela redução na necessidade de deslocamento, com efeito positivo sobre o tráfego e a segurança, assim como a menor emissão de CO2. Brasília já tem capacidade de comportar uma população muito superior em relação à de hoje. O mais importante é resguardar os gabaritos, o que é relevante para garantir mais oportunidade de habitação no Plano Piloto. Esse aspecto está garantido no projeto aprovado pela Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF).

É importante lembrar que, ao contrário do mau entendimento de alguns atores, a nova legislação reúne toda a norma do Conjunto Urbanístico de Brasília (CUB), nas instâncias distrital e federal, preservando e fortalecendo a área tombada do Distrito Federal — notadamente o Plano Piloto, Cruzeiro, Candangolândia, Sudoeste e Octogonal, Setor de Indústrias Gráficas (SIG), incluindo o Parque Nacional de Brasília e o espelho d'água do Lago Paranoá. A lei aprovada perla Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF) harmoniza e estabelece isonomia às regras que incidem sobre todas essas localidades.

Além de garantir a preservação do conjunto urbanístico de Brasília, considerando o seu território e o valor cultural, o PPCUB também fomenta o desenvolvimento socioeconômico na preservação. Isso é muito importante para a atração de novos investimentos para o Distrito Federal, que, de forma eficiente, poderão ser aplicados também em diversas outras áreas, como saúde, educação, cultura e lazer. Uma cidade com investimentos consegue preservar ainda mais o seu patrimônio e se proteger do avanço de ilegalidades.

Estamos convencidos de que o Governo do Distrito Federal (GDF), amparado por sua área técnica, saberá avaliar o texto final aprovado pelos parlamentares e estabelecer a forma adequada de sancionar uma lei que garanta o futuro preservando a nossa história.